



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 25 DE ABRIL DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Boa tarde a todos.

Na qualidade de Presidente da Comissão Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 16ª Audiência Pública de 2023 e da 12ª audiência ao PL 127/2023, PDE do Executivo, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 05 de abril no *Diário Oficial da Cidade*; dia 05, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e dia 08 de abril no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, em 12 de abril, e deverão os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão, à nossa esquerda. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar, nos termos regimentais.

Estão presentes os Vereadores Rodrigo Goulart e Silvia da Bancada Feminista.

Estamos com problemas técnicos. Eu vou suspender esta audiência até que a assessoria resolva o problema.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo, representado pelo Sr. Guilherme Iseri de Brito, Diretor de Divisão Técnica; e pela Sra. Patrícia Saran, presente *on-line*; Sr. Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Sr. Antônio

Fernando Pinheiro Pedro, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas, na Secretaria de Governo Municipal; desde já registro a presença por estar conosco, Dr. Marcos Vinícius Monteiro Santos, Promotor de Justiça Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florivaldo Florentino Júnior, Defensor Público Geral da Defensoria Pública; registro, também, a presença e, desde já agradeço, da Ana Lúcia Fiorotti, arquiteta da Secretaria de Mobilidade Urbana.

Antes de iniciar a oitava e a audiência pública, pergunto à Vereadora Silvia se deseja fazer uso da palavra. (Pausa). Não.

Vereador Rodrigo Goulart, pela ordem, pelo *chat*.

O SR. RODRIGO GOULART – Só para registrar a minha presença. Eu estou a caminho. Acompanhando de forma virtual.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Perfeito, Vereador Rodrigo Goulart. Muito obrigado.

Registro, também, a presença do Vereador Rodolfo Despachante.

Convido o Sr. Guilherme Iseri de Brito, Diretor da Divisão Técnica, para que faça a sua apresentação.

O SR. GUILHERME ISERI DE BRITO – Novamente, quero agradecer à Comissão e à Câmara pela oportunidade de apresentar o projeto de lei enviado.

Vamos iniciar, porque a gente já fez a apresentação tantas vezes, mas a apresentação de hoje é um pouco mais longa porque o recorte do tema de meio ambiente traz diversos assuntos e modificações no projeto de lei. Quando eu for passar todas as modificações, a apresentação fica um pouco mais longa, mas pode ir.

- O orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. GUILHERME ISERI DE BRITO – A apresentação tem uma introdução, uma linha do tempo. Eu retomo o processo participativo da etapa 3 que foi a última etapa de

participação no Executivo, e inicia o projeto de lei apresentando todos os recortes do tema de meio ambiente.

Então, a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico visou o aprimoramento com a realização de ajustes em dispositivos para que suas diretrizes e objetivos estratégicos sejam alcançados até 2029. É importante ressaltar que o objetivo dessa revisão foi preservar esses objetivos e diretrizes.

Ela ocorreu de forma participativa em três etapas sucessivas, possibilitando o aprofundamento das análises técnicas para elaboração da proposta do projeto de lei encaminhado ao Legislativo.

Essa é a linha do tempo. A gente inicia com um monitoramento diagnóstico. Monitoramento é uma atividade desempenhada constantemente por Planurb, a minha coordenadoria. Ele também está disponível no *site* do Gestão Urbana com todo monitoramento e os dados do Plano Diretor.

Todo esse monitoramento culminou no diagnóstico que foi o documento base da etapa 1 que se iniciou em abril de 2022. Essa etapa 1 teve os canais de participação das oficinas presenciais nas 32 subprefeituras, o Participe Mais e as audiências e reuniões. Essa participação foi resumida em alguns relatórios temáticos que estão disponíveis no *site* do Plano Diretor SP e culminou, também, no relatório do escopo da revisão.

Com esse relatório do escopo se iniciou a etapa 2 em setembro de 2022, através dos canais do Participe Mais e dos Formulários *On-line*, dos formulários físicos nas praças de atendimento das subprefeituras, nas reuniões com os Conselhos Municipais, incluindo o do Cades, de uma aldeia indígena e de um seminário presencial. Tudo isso gerou 22 relatórios temáticos e a minuta prévia do projeto de lei, que foi o documento base para a etapa 3. E ficou disponível no Participe Mais e no Formulário *On-line* para comentários e críticas. Teve, também, na etapa 3, reuniões com os conselhos municipais e as audiências públicas presenciais e virtuais.

Tudo isso culminou no projeto de lei encaminhado à Câmara em março deste ano.

Retomando a Etapa 3 do processo participativo: foi composta por 23 atividades

participativas. Compreendendo uma consulta pública em meio eletrônico; três audiências públicas presenciais e virtuais e debates em 16 conselhos municipais, totalizando 4.388 contribuições sistematizadas e analisadas pela parte técnica, dando um destaque para os Formulários *On-line* e o Participe Mais como principais canais de participação.

Como a minuta foi o documento base para essa revisão na Etapa 3, a gente fez a classificação e a reclassificação das contribuições pelos artigos que estavam na minuta e esse gráfico representa os destaques. O artigo 15 são as áreas não computáveis nos eixos, as vagas. O artigo 24, a cota de solidariedade; e os Anexos I e II, sobre alterações nos Fatores Sociais e Fatores de Planejamento foram alguns dos destaques.

Essas contribuições também foram classificadas por subtemas. Esse gráfico traz os destaques dos subtemas. Então áreas verdes e Quadro 7, que é um dos temas de hoje, foi o subtema mais abordado. Depois desse, os eixos de estruturação e transformação urbana; o sistema municipal de planejamento, instâncias de participação social, planos regionais e planos de bairro; e instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, como PIU e Operação Urbana.

O projeto de lei da revisão intermediária é resultado da combinação entre as contribuições da população no processo participativo e a avaliação técnica e jurídica pelas equipes de SMUL, da Secretaria como um todo, em interlocução com os demais setores da administração pública. Foram feitas diversas conversas, com diversas secretarias, como SMA, Sehab, para conseguir fazer um projeto participativo. Ao todo, possui 75 artigos e é dividida em 12 capítulos. O seu conteúdo será apresentado a seguir. À direita, tem esse gráfico representando, mais ou menos, o processo de adensamento de todo o conteúdo do processo participativo, que a gente foi recebendo, e conseguiu culminar nesse projeto de lei.

Agora vou começar a apresentar o PL por partes, lembrando que hoje por ser uma audiência temática tem um recorte de meio ambiente. Essas são as alterações propostas dentro do tema de meio ambiente.

Mantidos os princípios, diretrizes, objetivos e estratégias de ordenação territorial da

Política de Desenvolvimento Urbano. Uma corrigenda do termo PIU. Onde se lê “Projeto de Intervenção Urbana”, leia-se “Plano de Intervenção Urbana”. E, principalmente, atualização de relevantes temas supervenientes, como a incorporação de diretrizes e princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e ações para o enfrentamento das mudanças climáticas, em conformidade com acordos internacionais.

A atualização da definição de Rede Hídrica Ambiental, incluindo as águas subterrâneas e abrangendo o conjunto de parques e unidades de conservação. Essa questão das águas subterrâneas, por exemplo, foi uma contribuição direta do processo participativo. Entre os objetivos urbanísticos e estratégicos da Rede Hídrica Ambiental teve a atualização do inciso II para ampliação da rede de parques, incluindo todos os parques de forma mais genérica; inclusão do inciso VIII para adoção de soluções baseadas na natureza das intervenções, especialmente do sistema de saneamento ambiental; inclusão do inciso IX para promoção, em articulação com o governo estadual, de estratégias e mecanismos para implantação do sistema hidroviário.

Nos instrumentos de política urbana e gestão ambiental houve, em consonância com o Plano Nacional de Adaptação à mudança do clima, complementação do artigo 89, para evitar o uso de soluções que causem desequilíbrio nos ecossistemas naturais e levem a ponto de não retorno, e para adotar medidas de não arrependimento. Esses conceitos de “ponto de não retorno” e “medidas de não arrependimento” também foram incluídos nas definições do Plano.

A transferência do direito de construir é um instrumento dentro do Plano Diretor, sendo que também um dos seus usos é para implantação de parques. Houve a ampliação da utilização da TDC para implantação dos parques propostos, no Quadro 7, e preservação de áreas particulares demarcadas como Zepam, localizados na zona urbana. Antes essas áreas eram restritas somente na macrozona urbana e agora ela abrange toda a zona urbana. Houve também a remissão à legislação específica para aplicação da TDC para fins de regularização fundiária e, nos casos de TDC com doação de imóvel, explicitação da necessidade de avaliação da conveniência e do interesse público para recebimento da área, com possibilidade de instituição

de contrapartidas adicionais. Então, para além do TDC, que vai fazer a troca daquele terreno pelo potencial construtivo, também o Poder Público pode solicitar que haja melhorias naquele terreno para tentar achar alguma equivalência nessa troca.

Por último, a especificação de Fatores de Incentivo para o cálculo do valor do potencial passível de transferência com doação para a implantação de parques, especificamente para o TDC de parques, quando nós vamos receber esse terreno, seguindo o valor estipulado no Quadro 14, sendo o Fator de Incentivo de 1,4 para áreas com valor de terreno inferior ou igual a dois mil reais o metro quadrado, ou seja, as áreas mais periféricas têm um Fator de Incentivo de 1,4 e as áreas mais centrais têm um Fator de Incentivo de 1, um pouco menor, para exatamente tentar balancear um pouco o desbalanço da aplicação desse instrumento, que foi verificada.

Para os instrumentos de gestão ambiental estabelece que a lei específica deverá regulamentar os critérios de avaliação do Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança, o EIV/RIV, para o licenciamento dos empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas de qualquer porte localizados às divisas de terras indígenas demarcadas ou em demarcação. Essa também é uma questão que veio do processo, do trabalho com... da agenda indígena, que foi comentada.

Para atribuição do Executivo de pedir Estudo de Viabilidade Ambiental, EVA, altera o teor “menor potencial de degradação ambiental” para “médio potencial de degradação ambiental”. E estabelece que para empreendimentos e atividades com baixo potencial de degradação poderá ser exigido Estudo Ambiental Simplificado, EAS. Essas duas alterações são para compatibilizar com portarias da própria Secretaria do Verde, que já faz esse tipo de aprovação.

Para políticas e sistemas urbanos ambientais, estabelece que as políticas setoriais referidas no artigo passam a ser orientadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, e ações para o enfrentamento da mudança climática. Se não me engano, também faz uma remissão ao próprio Plano de Clima. Se não é nesse, é em outro artigo.

Para política e sistema de saneamento ambiental houve a remissão ao Marco Legal do Saneamento Básico e à Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas. Submete os planos dos sistemas decorrentes da política Municipal de Saneamento Ambiental à revisão, face aos novos marcos legais. Então o Plano de Saneamento, o Plano de Resíduos Sólidos, que já estão defasados, e prioriza soluções baseadas na natureza quando da execução de ações prioritárias de drenagem, representadas no novo Mapa 12 e as decorrentes do Plano Setorial, que é o Plano de Drenagem. Insere as novas categorias de parque, de conservação e de orla. São essas as duas novas categorias que vieram do próprio Planpavel, e altera a situação para “propostos”, conforme o Quadro 7.

Existe também a reformulação do Fundo Municipal de Parques, com ampliação da destinação de recursos para aquisição de áreas, implantação, operação e gestão dos parques constantes no Quadro 7; inclusão das outorgas oriundas das concessões de parques municipais entre possíveis origens de recursos, e a exclusão da obrigatoriedade de criação de subcontas específicas para cada parque por parte do Executivo.

Para o desenvolvimento social e sistema de equipamentos houve a inclusão dos indígenas dentre os grupos de proteção integral e prioritários e a inclusão de ações prioritárias para esse sistema. Essas ações prioritárias são a elaboração de planos setoriais abrangendo atendimento especializado em saúde e educação indígena; ampliação da rede de Centros de Referência Especializados de Assistência Social, os CREAS; implantação dos Núcleos Olímpicos Regionais; e, principalmente para o tema de hoje, a implantação das Casas de Agricultura Ecológica, os CAEs, e das Escolas de Agroecologia, e ampliação da oferta de horas urbanas em áreas públicas.

Já chegando para o final, nas disposições finais e transitórias, houve a previsão do enquadramento como Zepam dos parques urbanos, naturais de conservação e orla propostos, conforme atualização do Quadro 7 e Mapa 5. Também há a previsão de enquadramento como ZEP dos parques naturais existentes e demais unidades de conservação de proteção integral existentes; e retirada do termo “gás natural” como categoria de fonte de energia renovável em

três artigos do Plano.

Houve a determinação de prazo até 2025 para conclusão dos planos setoriais previstos no PDE e substituição de quadros e mapas, dando destaque ali para o Quadro 7, que é os parques municipais existentes e propostos, e o Mapa 5, atualização a partir dos limites de parque do Planpavel, considerando a inclusão de parques e Unidades de Conservação.

Também houve a inclusão do Quadro 15, das Unidades de Conservação existentes e propostas, e o Mapa 12, do sistema de drenagem.

Sobre o Quadro 7, houve uma alteração no número de linhas do quadro decorrente de diversos fatores. Esses fatores são: a inclusão de 13 parques conforme os estudos e propostas da Secretaria do Verde, SVMA; a exclusão de quatro parques devido à inviabilidade de implantação, conforme, também, estudos da própria Secretaria do Verde.

Para além disso, foram agregações e correções do próprio Quadro 7 para tentar fazer com que fique mais claro a política de implantação de parques. Houve a agregação de linhas da tabela.

Houve agregação de linhas da tabela que representavam o mesmo parque. Nesse caso, a área de parque proposta se mantém. Não há alteração naquela área que estava sendo proposta para implantação.

A agregação de perímetros de parque sobrepostos. Nesse caso, onde dois parques estavam localizados um sobre o outro, se manteve somente uma linha na tabela.

Houve também a retirada de parques por reclassificação de categoria. Nesses casos, as áreas se tornaram corredores verdes, praças, clubes da comunidade, que ainda estão previstos no Planpavel ou nos planos setoriais específicos, porém eles não constam no Quadro 7 que é especificamente para parques.

Por último, houve a retirada de parques que estão sob gestão estadual, mas eles continuam existindo, só que dentro da gestão estadual.

No Quadro 1, de definições, foram incluídas a Concessão urbanística, hortas urbanas, Parques de Conservação, Parque Orla, Parque Urbano, Ponto de não Retorno,

Soluções baseadas na Natureza – SbN.

Agradeço, peço desculpas pela demora na apresentação.

Obrigado.

- Assume a presidência a Sra. Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Anuncio a presença do Vereador Sansão Pereira.

Chamo os primeiros inscritos, começando pela lista de quem está *on-line*. Chamo a Sra. Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira, que se encontra presente. Lembro que são três minutos regimentais.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Presidente. Apenas para conferir, porque estou sem imagem. É a Vereadora Silvia presidindo?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sim, Vereador Rodrigo, sou eu. O Vereador precisou se ausentar, mas logo estará de volta.

O SR. RODRIGO GOULART – É um prazer, Vereadora. Obrigado pela condução dos trabalhos.

A SRA. LAVÍNIA MORAES DE ALMEIDA NOGUEIRA JUNQUEIRA – Sou Lavínia, Presidente da Associação Vila que te quero Verde, represento o Bairro São Francisco, da Vila São Francisco, Subprefeitura do Butantã.

Fizemos um abaixo assinado com mais de 2.500 assinaturas, participamos na plataforma *on-line*. Pedimos melhorias no Mapa 1, no Mapa 5, também um parque na região. Vou explicar as razões para vocês.

Basicamente, nós temos lá uma floresta urbana de 40 anos. Em São Paulo há florestas em parques, em áreas protegidas, mas não no meio da cidade. Esta é uma floresta no meio da cidade que, comprovadamente, tem mais de 40 anos. São 40 hectares de florestas contíguas, com o Parque dos Príncipes, que também foi um loteamento feito em 1970. São mais

20 hectares, são 60 hectares – isso é metade do Parque Jequitibá. Forma um corredor ecológico entre o Parque Jequitibá, a USP e outras áreas protegidas pelo Condephaat.

Já existe um projeto de estudo de tombamento no Condephaat em andamento, para o tombamento dessa floresta, que é importantíssima, tanto para São Paulo, quanto para o município de Osasco.

Existe já uma proteção legal para floresta, conforme o Decreto Estadual 30.443/89, pelo qual a Secretaria Municipal do Verde, à época, pediu à SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, para que essas árvores fossem consideradas imunes ao corte pelo seu valor paisagístico e ambiental no local.

Existe essa proteção, porém a vegetação vinha sendo enquadrada e ainda está sendo enquadrada no GeoSampa como um bosque relevante de proteção, mas no Plano Diretor ela foi excluída da proteção como área verde. No passado, ela já constou, mas hoje foi excluída, só que o Decreto não foi revogado, continua em vigor. Isso está, inclusive, em discussão judicial agora.

É uma oportunidade, na revisão do Plano Diretor, de atualizar o Mapa 5 para incluir essa floresta, porque não é nada mais do que reconhecer o que já está na legislação.

Também em relação ao Parque dos Príncipes, a associação local, que é a Associação Residencial Parque dos Príncipes, obteve do Secretário, no ano passado, o reconhecimento que as áreas verdes daquele lugar são APPs, mas também, de novo, o Mapa 5 não consolidou a opinião do Secretário que está formalizada, por escrito, inclusive.

A razão pela qual a Secretaria de Planejamento respeitosamente não deferiu a alteração do Mapa 5 é porque ela considerou que dependeria de alterar o Planpavel, para, aí, entrar no Mapa 5. Contudo, nós estamos discutindo legislações já existentes e o Planpavel talvez não tenha capturado essas legislações. Para evitar disputas jurídicas, acho muito importante incluir.

Citou-se que essas alterações que estão sendo propostas no Mapa 5 e no Quadro 7 têm relação com uma visão do Planpavel, mas também de soluções baseadas na natureza, de

drenagem. Nessa área em que nós estamos pedindo a concessão, nós temos 12 nascentes e há a região da Politécnica, que depende da preservação dessas florestas para não haver enchentes. Nós pedimos, realmente, que o Mapa 5 seja alterado e que o Mapa 1 seja alterado para também considerar a região como de conservação e de preservação do meio ambiente.

Então, são esses os nossos pedidos.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Lavínia.

Quero chamar agora a Sra. Maria de Lourdes Borges Cardoso, moradora da Vila Carrão, na zona Leste. (Pausa). Não está *on-line*. Chamo, então, o Sr. João Carlos dos Santos. (Pausa). Também não está. Chamo o Sr. Olavo de Almeida Soares, do GCMI-CMI. (Pausa). Chamo o Sr. Walter Costa. Está *on-line*? Tem três minutos, Sr. Walter.

O SR. WALTER COSTA – Boa tarde a todos.

Eu sou um cidadão nascido em São Paulo e morador na imediação do Parque Ibirapuera. Infelizmente, não conheço os quadros a que vocês estão se referindo, mas eu vim trazer aqui a grave situação de ameaça ao meio ambiente do Parque Ibirapuera que é, sem dúvida, uma das áreas verdes mais significativas da cidade de São Paulo. Eu tenho dois pontos principais. Eu vou tentar me adiantar, pelo tempo exíguo.

Primeiramente, há o adensamento imobiliário. É urgente que sejam interrompidas as licenças para novas construções no entorno do parque, porque até 10 anos atrás era uma área preservada de casas, na Vila Uberabinha e na Vila Nova Conceição, o que garantia um invólucro saudável ao meio ambiente do Ibirapuera. Está sendo cada vez mais transformado em um paredão de prédios altíssimos, comprometendo o bioma do parque, com graves danos à fauna local, em seus deslocamentos pelo entorno.

O segundo ponto, que eu acho que é o mais delicado de se lidar no Plano Diretor, é com relação ao verdadeiro desastre ambiental que está sendo cometido contra o Parque Ibirapuera, causado pelas novas rotas de decolagem do aeroporto de Congonhas. Eu explico: é de conhecimento geral que a responsabilidade sobre rotas aéreas é do Decea e do Comaer. Entretanto, para que se faça uma mudança de pousos e decolagens, como a feita em

Congonhas, são necessárias determinadas autorizações – inclusive e principalmente, no que tange à Prefeitura.

Se vocês me permitissem, eu gostaria de ler dois pontos que são citados no Plano Específico de Zoneamento de Ruído, que é o documento que gerou, basicamente, o caminho para a mudança de rotas, que é o seguinte:

“Além das alterações dos limites territoriais das Curvas de Ruído em relação ao PEZR anterior, observa-se que mudanças significativas ocorreram nas restrições ao uso do solo contidas neste novo PEZR, especialmente com referência aos usos residenciais (permanentes ou temporários), educacionais e de serviços de saúde e igrejas, auditórios, salas de concerto, templos, associações religiosas, centros culturais, galerias de arte, cinemas, teatros e empreendimentos equivalentes, usos anteriormente proibidos nas áreas de 65dB (DNL) ou mais, embora sujeitos a eventual liberação federal. De acordo com o novo PEZR, esses usos estão autorizados (...)”.

O que eu trago aqui é que a mudança de zona de uso de solo é prerrogativa exclusiva da Prefeitura de São Paulo. Para efetuar essa mudança de rotas que tanto tem destruído o meio ambiente no Ibirapuera, porque todos os aviões que decolam hoje passam sobre a área verde, eles colocaram a Infraero interagindo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, com o objetivo de elaboração desse plano. Até a data da emissão deste PDE, em 24 de abril de 2019, a Prefeitura Municipal não havia entregue sua análise.

Então tocamos a mudança de rotas que podem ser modificadas caso a Prefeitura Municipal venha a se pronunciar. Nós moradores, completamente, abismados com a destruição do parque com essas novas rotas, entramos em contato com a Prefeitura. A resposta foi que nada, nenhuma autorização foi feita pela Prefeitura para mudança de níveis de ruído de acordo com as leis uso de solo e que a resposta só seria dada após a revisão deste Plano Diretor...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sr. Walter, já deu quatro minutos. Conclua, por favor.

O SR. WALTER COSTA – Então gostaria apenas de trazer, já que a revisão do Plano

Diretor e vocês estão dando a possibilidade do cidadão se manifestar, uma vez que a Prefeitura diz que só daria a respostas com relação a mudança de decibéis das leis de uso de solo após a revisão do Plano Diretor, que se faça definitivamente uma ação específica nessa revisão, para que as rotas sejam imediatamente modificadas, como eram antes, há um ano atrás, para a preservação do Ibirapuera que está sendo, mais uma vez, destruído em seu bioma com voos rasantes de decolagem, inclusive até às 11 da noite...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sr. Walter, sugiro ao senhor, se quiser, anexar os documentos que trouxe para a audiência no *site*, *chat* da Câmara...

O SR. WALTER COSTA – Vereadora, eu enviei esse relatório – eu li uma parte – no próprio formulário que vocês dispõem no agendamento. Já entreguei para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Okay, então. Está registrado. Muito obrigada.

Sra. Rosangela Vieira, Cades Campo Limpo. (Pausa) Ausente. Sra. Rachel Lopes Queiroz Chacur, advogada e doutora em Ciências Ambientais pela UFSCar. (Pausa). Ausente. Sra. Yasmine Altimare da Silva, da OAB, da Comissão de Meio Ambiente. (Pausa) Ausente.

A SRA. RACHEL LOPES QUEIROZ CHACUR – Sra. Presidente, por favor, eu estou bloqueada...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Rachel, estamos te ouvindo.

A SRA. RACHEL LOPES QUEIROZ CHACUR – Minha câmera não está ativando. Peço desculpas. Vocês podem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sim, podemos ouvir. Comissão, tem como liberar a câmera dela? Não. Só você quem pode desbloquear sua própria câmera. Nós te ouvimos, pode falar.

A SRA. RACHEL LOPES QUEIROZ CHACUR – Antes de mais nada, gostaria de agradecer a possibilidade de participação.

Primeiramente, como cidadã e depois representando o nosso seletor grupo, que é a

Comissão Permanente de Meio ambiente, da secção de São Paulo, na Capital.

Em reunião, estudos e discussões de grupos da Comissão Permanente de Meio Ambiente, destacamos alguns pontos em alguns problemas que devem ser aprofundados em debates sob o prisma da proteção legal, jurídica, ambiental e urbanística garantindo uma harmonia no arcabouço legislativo, inclusive, com o próprio projeto de lei.

Observamos um descompasso entre aquilo que foi apresentado com o arcabouço legislativo. Solicitamos uma revisão e trazemos numa nota técnica todos os pontos, desde a Constituição Federal até o compêndio de legislações infraconstitucionais elencando aquilo que incorreria em ilegalidades ou inconstitucionalidades do Plano Diretor Estratégico. Depois nós podemos anexar e informar.

Aqui me coube falar em nome da Comissão. Inicialmente nós trazemos alguns pontos sensíveis que nós temos que destacar a respeito desse Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, dentre eles, os abordados, em especial o assunto de meio ambiente, ambiental e urbanístico, que é a minha área. As áreas correlatas e ambientais do Plano Diretor Estratégico devem tratar, da melhor forma, da proteção ambiental de mananciais, rios, áreas verdes e outras áreas com especificações ambientais, com tipologias envolvendo a proteção da área permanente ou do uso restrito ambiental e dos espaços públicos, como o cidadão agora acabou de informar, das praças e dos parques.

Do mesmo modo, nós devemos rever esse sobrepesamento dos planos e dos programas de ecossistemas naturais e urbanísticos, o tratamento da proteção ao patrimônio histórico e cultural da capital paulista, os estudos de licenciamento ambiental simplificado com dispensa de EIA/Rima para as obras e empreendimentos de baixo impacto ambiental, o estudo prévio e revisão do Plano Plurianual de Captação de Água e Drenagem Urbana e sua fiscalização de áreas inundadas e vulneráveis aqui na capital paulista, os estudos das áreas contaminadas e da recuperação ambiental, a revisão dos planos e programas de acesso à água potável, ao saneamento básico e ao esgotamento sanitário da cidade de São Paulo, o teor das cláusulas dos contratos dos parques lineares e seus planos e a regulação do uso e da ocupação do solo e

da reestruturação dos eixos urbanos de construção, malha viária e infraestrutura.

A necessidade, já estou concluindo, a necessidade de reabilitar as áreas das comunidades indígenas e quilombolas e a compatibilidade dessa revisão de contratos das outorgas, concessão das áreas verdes e dos Planos de Unidades de Conservação.

Para encerrar, por gentileza...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Já deram os quatro minutos, Raquel, é que o tempo regimental são três minutos. Então, nós não temos mais tempo, porque se eu der mais tempo para você, teria que dar mais tempo para as outras pessoas e no nosso Regimento são só três minutos.

Mas, eu agradeço muito a sua participação, está bem? E se você quiser mandar algo por escrito para contribuir com a audiência é só colocar o *link* ou o documento no *hotsite* do *chat* da Câmara, que vai ficar registrada a sua contribuição para essa audiência pública.

A SRA. RAQUEL LOPES QUEIROZ CHACUR – Apenas o registro, Vereadora, nós faremos a contribuição por meio da Comissão Permanente de Meio Ambiente, da OAB São Paulo. Então, eu venho aqui representando a fala da Comissão Permanente, dos colegas advogados da capital paulista e de todo o estado de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Perfeito, muito bem. Muito obrigada pela sua contribuição e a contribuição da OAB Meio Ambiente.

Queria chamar a Sra. Yasmine Altimar da Silva, da OAB, Comissão de Meio Ambiente. (Pausa) Não está?

Chamaremos agora as pessoas que se inscreveram no presencial. A primeira inscrita é a Sra. Sílvia Santos, que é arquiteta.

A SRA. SILVIA SANTOS – Boa tarde.

Eu gostaria já de agradecer a todos por estarem abrindo essa oportunidade para a população poder falar.

Queria também parabenizar essa parte das redes sociais, da divulgação - acho que está sendo muito importante - da Câmara Municipal. Então, estou acompanhando, está sendo

bem divulgado nas redes sociais.

Queria deixar um pouco da minha pequena contribuição, gostaria de ver mais divulgação, no caso, para atingir mesmo toda a população, e não somente pela internet, não somente por meio das redes sociais, porque muitas vezes as pessoas não têm acesso à internet, tem um celular, mas não tem internet; então, acaba não atingindo.

E eu vejo muitos falarem: “Ah, a Casa está cheia”, “Ah, a Casa está vazia”. Por que será, não é? Está tendo alguma interrupção na hora da divulgação. Eu achei muito legal, muito bom também a proposta do transporte público, embora, pelo que eu vi, só sairia do Terminal Parque Dom Pedro. Então, acho que a gente pode abranger mais, espalhar mais essa ideia para todos os terminais para que todos, realmente, possam vir e participar. Cartazes em escolas, hospitais e UBSs, porque a população precisa saber o que é. Muitos não sabem o que é o Plano Diretor. Então, eu gostaria que fossem atingidas várias idades.

Graças a Deus, eu sou arquiteta. E, por isso, eu tento levar à minha região, aos meus familiares o que é, para eles interagirem; só que muitos não conseguem nem entender o que é. Então, eu acho que seria bacana, não sei se possível, começar a colocar cartazes em ônibus, em escolas, em faculdades para todos saberem o que é. Muitas vezes as pessoas só sabem que têm que ir votar, na hora da eleição, mas não sabem do direito que têm de estarem aqui hoje. Na hora da eleição, é possível panfletos de todos os lados, ligações eletrônicas nos nossos celulares, nas nossas residências. E por que não agora o Poder Público explicar para a população o que é o Plano Diretor? “Olha, você cidadão pode vir com sua contribuição”. Sei que estamos na metade do caminho, mas ainda dá tempo. Acredito que ainda dá tempo de atingir mais pessoas de diferentes gerações e classes sociais.

Agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Silvia.

Chamo agora Daniela Negreiro, do 42º GV.

A SRA. DANIELA ALVAREZ NEGREIRO – Boa tarde a todos.

Sou a Daniela Negreiro, assessora parlamentar do Vereador Aurélio Nomura. Venho

novamente falar sobre esse tema tão importante, que é o meio ambiente, mudanças climáticas. Estivemos aqui na semana passada para solicitar a inclusão do Parque da Joia, do Parque Vila Silvestre e do Parque Linear Riacho do Ipiranga, no PDE. Aí, como sabemos que é primordial a preservação das nossas matas, nós solicitamos também a inserção da Mata Esmeralda no PDE. Ela está situada no distrito da Raposo Tavares, no Butantã, com 540 mil metros quadrados e está incluída no levantamento de remanescentes do Bioma da Mata Atlântica, o PMMA.

Uma das medidas práticas que precisamos tomar contra as mudanças climáticas é plantando e, automaticamente, mantendo as nossas árvores. Resumidamente, o Poder Público tem o dever de atuar com políticas públicas de forma eficaz na defesa do meio ambiente para evitar sua degradação na prevenção do dano ambiental e com o objetivo de preservar e restaurar os processos ecológicos iniciais.

O Plano Diretor é um excelente instrumento para efetivar a proteção ambiental na esfera municipal de forma articulada e coordenada com as demais questões de interesse local. Quanto a esse tema de meio ambiente, é muito importante a gente falar sobre essa criação dos parques municipais, que entra agora nesse Quadro 7.

Era isso. Agradeço a oportunidade. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Daniela.

Chamo agora Natália Chaves, da Bancada Feminista.

A SRA. NATÁLIA CHAVES OLIVEIRA – Olá. Boa tarde.

Como a Sílvia disse, estou com ela na Bancada Feminista e queria focar minha fala na justiça socioambiental, para a gente refletir quais são os instrumentos do Plano Diretor Estratégico que poderiam nos ajudar nesse combate às mudanças climáticas e para a justiça socioambiental.

Na nossa avaliação, há vários instrumentos que são muito bons, mas não há previsão orçamentária, não são executados, não há tanto interesse político ou não há regulamentação. Alguns deles são o AEL, Áreas de Estruturação Local. Sobre o plano municipal de redução de riscos, a Bancada Feminista presidiu uma audiência da Comissão de Política Urbana,

Metropolitana e Meio Ambiente sobre soluções para enchentes. A gente cobrou à Prefeitura sobre esse plano e a gente quer acompanhá-lo.

Deveria haver mais planos de bairros e serem feitos de baixo para cima, para a gente ouvir a população, para pensar em soluções para todos os impactos da crise climática. Falo dos planos de urbanização de ZEIS para as pessoas, tanto o plano de urbanização de ZEIS, quanto áreas de estruturação local. São instrumentos bons para a gente diminuir a vulnerabilidade da habitação das pessoas que estão em áreas de risco.

Então, considerando toda a crise climática e o racismo ambiental, que a população negra e periférica que mais sofre com essas consequências, o nosso mandato gostaria que essa revisão tivesse, como compromisso, realmente executar o que há de bom e depois a Silvia vai me complementar com algumas coisas que, na verdade, já não estão bons na teoria. Então, na prática, a gente até não sabe como vai ser.

E, por último, eu deixo um convite para a reunião da Frente Parlamentar Ambientalista, que é presidida pela Silvia, pela Bancada Feminista, e a gente conta muito com a presença de todos os parlamentares. A gente tem construído essa reunião com o Fórum Verde, que está aqui também. Vai ser dia 03 de maio, às 18h30, na Sala Tiradentes, e a gente quer discutir sobre o impacto do Plano Diretor nas políticas socioambientais de São Paulo. Então, a gente conta com vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Natália.

Tem a palavra o Sr. Fernando Dainese, Presidente do Instituto de Mídias Avançadas.

O SR. FERNANDO DAINESE – Obrigado, Presidente.

É Fernando Dainese, do Instituto de Mídias Avançadas. Primeiramente.

A gente já teve uma reunião para falar do meio ambiente, que foi a reunião anterior, quando eu já fiz as minhas ressalvas. Quando você fala de meio ambiente, você tem que falar de organização criminosa na cidade de São Paulo. É um tema importantíssimo, que é extremamente evitado de se falar nesse plenário, mas é importantíssimo, porque quem é

responsável pelos maiores desmatamentos, na cidade de São Paulo, são as organizações criminosas da cidade.

Então, no extremo Norte, há organização criminosa desmatando terreno para vender para pessoas vulneráveis. No extremo Sul, mais ainda, mais área preservada de Mata Atlântica virgem, com fauna preservada e flora preservada. Mata Atlântica é um bioma complexo de se encontrar no Brasil hoje em dia, e está sendo destruído, com aval de Câmara Municipal e Prefeitura de São Paulo. Por quê? Porque, no Plano Diretor, querem te impedir de se tirar árvore da sua casa. Querem falar o que você vai fazer na sua propriedade privada. E aí se esquece o que a organização criminosa está fazendo ali nessas regiões.

Isso a gente descobriu recentemente inclusive, por meio de um dos nossos membros do instituto, que esse tipo de coisa acontece na zona Leste também, no extremo Leste. De novo, organização criminosa desmatando, para pegar área e vender para pessoa vulnerável, que depois vai haver uma enxurrada. A casa da pessoa desaba e se gera um enorme problema para a pessoa, para a família, um problema social, um problema para a cidade.

E por que não é enfrentado isso? Temos que ver. Será que existe alguma ligação de Vereador, de membro de Prefeitura? Quem tem que investigar isso não sou eu, é o Ministério Público.

Enfim, que mais a gente tem de organização criminosa causando na cidade de São Paulo, porque vocês estão falando de fazer praça, quando se faz praça, o que fazemos, afinal? Vamos colocar mais gente usando *crack* nessas praças, na cidade de São Paulo. Vocês já andaram pelo Centro da cidade de São Paulo, à noite? Só pessoas usando *crack*, usuários de *crack*, para tudo quanto é lado, e ninguém dá um fim para isso. Aliás, isso nem é discutido.

O Plano Diretor está cada vez mais restritivo, querendo te mostrar o caminho, mas e o caminho para se ter liberdade de andar na rua na cidade de São Paulo? Esse caminho não é discutido.

Para finalizar, e entendo que meu campo está acabando, Sra. Presidente. Um tema extremamente importante e que foi abordado pelo senhor, na apresentação inicial, é que, para

fazer essa revisão do Plano que, na verdade, não é uma revisão, estão reescrevendo o plano.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Faltam dez segundos, concluindo, por favor.

O SR. FERNANDO DAINESE – Eles estão reescrevendo o mesmo Plano, eles estão fazendo a revogação do marco do saneamento que, como disse a representante da OAB, é inconstitucional, fere a Constituição Nacional. Então essa revogação do marco do saneamento é inconstitucional e vai gerar um cartel de distribuição de saneamento básico na cidade de São Paulo. Como se já não existisse cartel suficiente, aqui, nessa cidade.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – De nada, Fernando.

Quero anunciar a presença do Vereador Eliseu Gabriel, a meu lado direito, depois ele fará uso da palavra. Queria lembrar que já são 18h, temos mais uma hora de audiência, então já vai, depois da próxima fala, encerrar as inscrições.

Quem quiser se inscrever para falar e não se inscreveu ainda, venha aqui, ao lado esquerdo, durante a próxima fala, que será feita pelo Sr. Arlindo Amaro, que é arquiteto urbanístico do Ipiranga. O senhor tem três minutos.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde a todos.

Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga. Já falei em outras audiências e volto a dizer: como é que pode se fazer uma revisão do Plano Diretor sem ter a avaliação do Plano Diretor anterior? O que foi feito do Plano Diretor anterior? Nada.

Temos a região metropolitana que banha toda a cidade de São Paulo. São 39 municípios para os quais os planos de bairro limítrofes já deveriam estar implementados. Temos 32 Subprefeitos com planos de bairros que estão sucateados, os quais os Vereadores tomam conta, fazem da Subprefeitura o seu gabinete eleitoral e, assim, a cidade está se perdendo.

Do Plano Diretor, de 2002 até agora, não vemos melhorias, muito pelo contrário. A cidade de São Paulo, em 2001, quando veio o próprio Estatuto da Cidade, você ainda conseguia andar no Centro. Hoje, a cidade está destruída; no Vale do Anhangabaú colocaram cimento para

tudo quanto é lado, gastaram bilhões ali; a cidade já é oca, por natureza, e também em razão do próprio metrô. Oca na praça da Sé, na praça da República, na praça da Luz.

Então, viemos aqui, hoje, revisar o que não se fez? Avaliar primeiro, não é assim que a gente fala, depois passar? A professora avalia o que você fez durante o ano todo. Aqui não, vamos rever um plano, fazer uma revisão dos duzentos e cinquenta e poucos artigos do Plano Diretor que não se fez. A reestruturação, os marcos, o cinturão verde que a cidade de São Paulo tinha acabou.

Aliás, recentemente, há um ano e pouco, houve uma ocupação em Parelheiros, onde fizeram aterros até na represa. E os Vereadores não viram isso. “Ah, mas isso não pode falar; esquece isso; o povo não está cobrando; deixa isso conosco”.

Fizeram mais de 25 mil metros quadrados de área, com abertura de ruas, construções. Daí veio o Ministério Público, claro, “vamos investigar”, mas isso está na gaveta, ninguém falou mais nada. Tudo se põe na gaveta aqui na Câmara Municipal, quando há interesse próprio.

Você tem que ouvir as *fake news*, mas você não pode falar *fake news*, porque senão você vai preso. Agora, os nossos representantes, o que falam de *fake news* na cidade de São Paulo, não é brincadeira não, gente. Nós somos 12,5 milhões de pessoas, às quais se somam as da região metropolitana, composta por 39 municípios, que são mais 15 milhões e mais 4,5 milhões que moram em favelas na cidade de São Paulo. Do ano de 2000 para cá, a cidade de São Paulo tinha três mil pessoas morando nas ruas; hoje já são mais de 50 mil, e os nossos representantes, que falam que são zeladores da cidade, vão chamar vocês no ano que vem para votar neles.

Será que a gente gosta do “quanto pior, melhor”? Vamos refletir isso para 2024.

Um abraço. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Arlindo.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Colin.

O SR. RICARDO COLIN – Boa tarde a todos.

Eu trabalho na parte de suprimentos, administração, e eu não cheguei a ler o Plano Diretor antigo, mas eu vejo o que, na minha cabeça, pode ser melhorado na cidade para, neste novo Plano Diretor, ser colocado em prática.

Eu acho que tem que juntar todos os eixos. O eixo aqui focado é o meio ambiente, mas a gente tem que pensar principalmente na parte de mobilidade urbana, porque a gente vê a poluição que os ônibus causam. Na verdade, teria que ser feito um novo Termo de Referência, um novo contrato já pensando em energia elétrica. A gente tem que pensar grande sobre isso, porque a consequência disso tudo é para o meio ambiente. Por isso, o foco tem que ser nessa parte de mobilidade para melhorar o ar, já que a gente está falando sobre meio ambiente.

Também há os eixos, a parte habitacional. Como já foi aqui comentado, a gente sabe que está acabando essa parte ciliar em volta da cidade, e essa é uma questão importantíssima, porque não adianta nada a cidade se expandir para a periferia sendo que a estrutura não consegue chegar a esses pontos. Por isso, eu acho que todos os eixos têm que ser juntados, porque um é consequência do outro, principalmente nessa parte habitacional, trazer a população para o centro – e eu sei que é difícil se fazer isso – e fiscalizar a parte da periferia.

Sobre a parte de drenagem, é importante que primeiramente os órgãos públicos comecem a pensar em fazer canteiros verdes – desde que a calçada não seja histórica –, e depois também o privado. Acredito que esteja tendo um crescimento de construções de shoppings e, no Plano das Cidades, acho que deve haver uma metragem mínima para uma área verde em empreendimentos como esses. Acredito que isso deva ser obrigação para que a água possa escoar para os rios.

Falando em rios, acho que é bom pensar em voltar. Países como Coreia do Sul, além de outros, estão retornando os rios para a sua parte natural, abrindo o que era concretado e voltando ao que era em prol do cidadão. Apesar de a cidade ser toda construída, onde houver um canal de água, acho que é bom pensar em se criar uma lei para tentar reverter isso, porque é o que vai restar para o futuro dos nossos filhos e netos, não as construções que existem hoje em dia.

Essas são as ideias principais. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Ricardo, por respeitar o tempo regimental.

Tem a palavra o Sr. Pedro Moura, do Viveiro II, no Butantã.

O SR. PEDRO MOURA – Sra. Presidente, Vereadores, todas e todos, boa tarde.

Eu sou o Pedro, do Movimento Cuidar, do Viveiro II, no Butantã, uma área verde de lá. Também sou assessor da Vereadora Luana Alves, tenho acompanhado algumas questões do Butantã e hoje venho tratar delas aqui, porque são importantíssimas, principalmente por essa questão climática, tema desta audiência.

O Viveiro II, no Butantã, é uma área com mais de 18 mil metros quadrados, uma área pública que a gente, através de um movimento popular e participativo e em parceria da Subprefeitura do Butantã, vem tentando fazer ações que preservem essa área e que a gente possa incluir essa área no Quadro 7, que é o quadro de futuros parques do Plano Diretor.

A gente entende que é uma ação relativamente fácil de se fazer justamente por já ser uma área pública, uma área da Subprefeitura do Butantã. É uma área que possui uma fauna e uma flora diversa com diversas árvores nativas. Já foram plantadas, nos últimos anos, mais de 200 árvores nativas nessa área e ela faz parte de um corredor verde que incorpora o Parque da Previdência, o Viveiro II, a Praça Elis Regina e a USP - Universidade de São Paulo.

Então, é uma área de extrema importância para o verde da cidade e do bairro do Butantã e é por isso que a gente reivindica que ela seja um parque municipal para que se possam ter políticas públicas de preservação dessa área e que se possam desenvolver atividades educativas e ambientais dentro dessa área.

A gente também entende que é necessária essa inclusão porque a área hoje em dia ela é grafada como uma Zona Mista, portanto, ela não tem proteção nenhuma, pode ser feita qualquer coisa, inclusive ela já esteve no edital da Cohab, que foi revogado a alguns anos atrás. Então, a gente vem solicitando e solicitamos, hoje, mais uma vez, para que seja incluída essa área dentro do Quadro 7 de futuros parques da revisão.

Outra questão que a gente também reforça, que já foi dito e que o mandato da Luana também está acompanhando, é a questão da Mata Esmeralda, uma outra área importantíssima da zona Oeste de São Paulo, do Butantã. Como foi dito, são mais de 500 mil metros quadrados. Há uma série de questões que são fundamentais e que precisam ser atentadas por todos nós e, principalmente, pelo Legislativo para que também seja incluído no Quadro 7 de futuros parques da cidade de São Paulo.

Agradeço a atenção, Presidente. Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Agora, a Eva Kaiser, também do Viveiro II, do Butantã.

A SRA. EVA KAISER MORI – Boa tarde a todos. Muito obrigada pela atenção.

Faço parte também do movimento Viveiro II, do Butantã, e eu venho complementar a fala do Pedro ou reforçar fala do Pedro pela inclusão do Viveiro II como um parque municipal. Essa área já está incluída no Planpavel como um parque e o Viveiro II, como o Pedro já explicou, faz parte também de um projeto mais amplo que é o corredor Ecológico que ligaria o Parque da Previdência, Parque Luís Carlos Prestes, Viveiro II, Praça Elis Regina e mata da USP.

Essa área é superimportante para o combate às mudanças climáticas porque é uma área que já tem muitas árvores nativas e continuam sendo plantadas pelo movimento árvores nativas da Mata Atlântica e Cerrado. Há uma Agrofloresta já, também já foi implantada horta e é um espaço de educação ambiental. Há uma ou mais possíveis nascentes na área que estão mapeadas, mas como os mapas não são muito precisos a gente ainda não localizou também porque houve um movimento de terra ali na construção da Raposo Tavares. Mas é uma área importante tanto para a questão das águas, como também porque é uma área de infiltração e pode mitigar as enchentes na região.

Também é uma área onde outras espécies não humanas podem coexistir com a cidade e, de fato, existem lá micos, saruês e diversos pássaros e outros animais que a gente nem vê.

Acho que a gente precisa buscar uma nova forma de ocupar o território, uma nova

forma de viver e esses espaços são superimportantes para iniciar uma mudança nesse sentido.

Também queria apoiar a inclusão da Mata Esmeralda no rol dos parques.

É isso. Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Eva.

Queria chamar agora o Sr. Rogério Alves, assessor do Vereador Sansão Pereira.

Três minutos, Rogério.

O SR. ROGÉRIO ALVES – Boa tarde.

Eu quero chamar a atenção para um problema importantíssimo. Na verdade, é estrutural do Plano Diretor anterior, acompanhei, já era da Prefeitura nessa época, acompanhei a feitura desse Plano Diretor. E tentei mudar, ingloriamente, tentar mudar uma estrutura que era, na verdade, a essência do Plano.

Pode passar a apresentação, por favor.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ROGÉRIO ALVES – Então, ali em cima temos o Rio Tietê como é hoje, como era originalmente. É um Rio de várzea, cheio de ondulações, todo sinuoso e com uma várzea muito grande. Ele enchia na época das cheias e depois voltava para o rio todo sinuoso. Embaixo já temos a retificação, essa planta é da década de 20. E com a retificação, a Marginal, o Tietê todo começou a ser ocupado.

Esse é um projeto interessantíssimo, da época do Prefeito Jânio Quadros, feito pelo Niemeyer e pela equipe de vários professores da USP, que tentava retomar essa várzea original do Rio Tietê. O que fazia? Do lado do centro do Rio, afastava a Marginal do Rio Tietê e jogava ele para baixo, ali. E aí criava uma via expressa longe do Rio e deixando uma área de várzea muito grande, interessante para poder fazer intervenções como, por exemplo, o centro cívico, centro cultural, habitações e uma série de outros usos, trazendo de volta o desenho original do Rio Tietê e dando uma possibilidade de vazão do Rio.

Mas aí, o que o Plano Diretor fez, na verdade, exatamente onde deveria ter uma preservação maior, eles colocaram as operações urbanas. O Plano Diretor em uma palavra só, para resumir, que a minha colega tinha falado, como resumimos o Plano Diretor para quem não sabe nada sobre ele? Pegaram a cidade toda, colocaram o coeficiente uma vez na área do terreno, duas vezes para pagar a outorga, isso na cidade toda. E nessas regiões que estão em vermelho, onde estão exatamente os rios, pode fazer seis vezes, oito vezes, depende de como fizer o projeto, pode chegar até a mais do que isso. Então, onde deveria estar a preservação é exatamente onde está a construção maior e onde está o pior tipo de terreno para fazer verticalização. Enfim, esse é o Plano Diretor.

Mas, há soluções interessantes. Esse caso, por exemplo, é do Rio Cheonggyecheon, de Seul. Ali à esquerda, em 2003; no centro, em 2004 e, em dois anos, 2005, já estava totalmente arrumado. Ele era uma Marginal do Tietê, mais parecido com o Rio Tamanduateí, depois fizeram a intervenção e o tratamento do Rio para chegar naquilo lá.

E chega a isso. O Rio Tamanduateí poderia ser isso em dois anos. Eles fizeram lá em dois anos, em 2005, o custo foi de 500 milhões. Isso para uma cidade que tem um orçamento de 10 bilhões, como temos em São Paulo, isso não custa absolutamente nada.

Esse é o Rio anteriormente, como estava lá, e como deveria ser, como é o Tamanduateí hoje, se tirar aquela via expressa que não serve absolutamente para nada hoje.

O Governador Tarcísio de Freitas já está colocando um pacote lá de 5 bilhões, para despoluir o Rio Tietê. E aí vamos precisar realmente entrar nessas condições, o que vamos fazer com os rios, o Rio Tietê, Rio Pinheiros, Rio Tamanduateí.

Então, a proposta que fazemos é exatamente essa: ficam previstos, compulsoriamente, estudos de implantação de parques próximos à linha d'água, com condições de acesso direto a rios e córregos em todas essas áreas de intervenção urbana. É isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Quero chamar agora a Sra. Laurita Ricardo de Salles, do Pró-Pinheiros, CPM

Pinheiros. Três minutos, Sra. Laurita.

A SRA. LAURITA RICARDO DE SALLES – Boa tarde a todos.

Temos algumas reivindicações gerais sobre a questão do meio ambiente, tendo em vista que com a implantação das vias, particularmente, na região Sudoeste, em Pinheiros, temos uma verticalização absurda e a criação de ilhas de calor.

Então, reivindicamos algumas coisas. Temos por escrito todas as nossas propostas, mas vou tentar ler um resumo. Primeiro, pedimos que seja colocado no Capítulo das Disposições Finais e Transitórias, alguns aspectos dando continuidade, inclusive, ao que a própria Prefeitura mandou sobre o artigo 77, em CEUs, para poder implementar isso depois na normativa e que isso proteja as microzonas de proteção ambiental, de paisagens, e zonas de interesse urbanístico.

Também solicitamos uma série de questões referentes à questão ambiental. Uma delas refere-se à necessidade de estudos de impacto ambiental, EIA/RIMA, impactos de vizinhança. Nós estamos pedindo que os impactos de EIA/RIMA sejam considerados cumulativos e também que possa ter um limite de número de prédios por quadra, que tem um nome mais específico que agora eu não me lembro, enfim, para que não haja essa verticalização absurda e essa criação absurda de ilhas de calor. Se estamos falando em ODS, e a Prefeitura fala na SMUL sobre a ODS, toda essa legislação desrespeita.

Temos também outra preocupação com relação à questão da permeabilidade das águas, pois estão destruindo os lençóis freáticos com essa verticalização toda e, não à toa, está havendo enchentes agora também nos bairros consolidados, como Moema, onde presenciamos uma situação de morte.

Pedimos a melhoria no Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental e, finalmente, a diminuição das garagens na proposta da SMUL. Sabemos que isso, da maneira como está, implica no aumento de carros, o que é totalmente contra a questão ambiental, gerando mais poluição e tudo o mais.

Apoiamos também as reivindicações de Butantã, que é uma região próxima a nós,

inclusive da Mata Esmeralda.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sra. Laurita.

Tem a palavra a Sra. Beatriz Enge, Fórum Verde Permanente e Mata Esmeralda.

A SRA. BEATRIZ ENGE – Boa tarde a todos.

Venho trazer algumas demandas do Fórum Verde Permanente que visam a implementação de fundos, planos e programas já previstos no Plano Diretor, como o Fundo Municipal de Parques; a implementação do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, que é o Planpavel; a implementação do Programa Municipal de Recuperação Ambiental de Fundos de Vale, com agendas; e a priorização da implantação de medidas de mitigação das mudanças climáticas.

Para isso, a gente precisaria acelerar a criação dos parques já previstos no Plano Diretor e acrescentar a criação de novos parques. Nós vimos hoje várias demandas trazidas, principalmente da região do Butantã, todas de grandes áreas verdes incluindo a Mata Esmeralda, que é uma grande área de Mata Atlântica. Esses fragmentos de matas existentes também têm a proposta do corredor verde urbano na região do Butantã, constituído pela área do Viveiro II.

Nós gostaríamos de enfatizar a necessidade da preservação da Vila São Francisco e a inserção no Plano Diretor da Carta Geotécnica do Município ao PDE, porque nela estão apresentadas as áreas de vulnerabilidade do solo, que têm necessidade de serem cruzadas com as propostas a serem efetuadas no Plano Diretor, já que elas trazem as áreas mais frágeis atualmente e onde não se deveria haver ocupação ou pavimentação, qualquer outro uso que não fosse de preservação e proteção ambiental. Nós gostaríamos, também, da inserção do mapeamento e do cadastro oficial de nascentes da cidade no Plano Diretor e que a fiscalização das áreas de proteção aos mananciais, visando evitar o desmatamento das áreas existentes.

Em suma, são muitas demandas, todas visando, basicamente, preservar as áreas existentes e inserir essas propostas no Plano Diretor.

Finalizando, eu gostaria de trazer os Direitos da Natureza. Nós já temos essa proposta na ONU, temos representação brasileira com essa proposta. Esses direitos deveriam, ao menos, serem citados no nosso Plano Diretor que é um dos mais avançados do mundo e mais avançado do Brasil.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Chamo a Estela Alves, do Fórum Verde.

A SRA. ESTELA ALVES – Boa tarde.

Então, seguindo as orientações da minha colega, primeira coisa: a maior parte das questões que foram colocadas já são, de alguma forma, tocadas no Plano Diretor. Então, seria necessário coloca-las em prática, com destinação de recursos e de pessoal, para colocar em prática, principalmente, o Planpavel, o PlanClima que é cada vez mais urgente, principalmente, olhando para as áreas de risco; são mais de 47 mil habitações em área de risco nível 4 na cidade de São Paulo, que é o risco máximo. Então, isso tem que ser olhado com urgência pelo Plano de Ação contra as Mudanças Climáticas, porque está em cheque a vida das pessoas, como a gente tem visto ultimamente. Então, eu gostaria que esse artigo seja colocado, com urgência, no Plano Diretor para que seja, realmente, efetivado.

Indo para o âmbito local, dando exemplo do Parque do Ibirapuera que não tem no seu Plano Diretor seguido, seria necessário que todos os parques tivessem registrados no Plano Diretor, para que seja seguido por todos os gestores dos parques. A maioria dos parques já estão, inclusive, com gestores privados, com o setor privado gerenciando – que não é algo que me agrada, mas está aí –, então, que seja respeitado o Plano Diretor do parque. O Parque do Ibirapuera é um exemplo clássico que todo mundo vê. Tem até uma academia sendo construída dentro do parque, com certeza, isso não está no Plano Diretor do parque. Mas os parques da periferia também estão abandonados. Eles também não seguiram o Plano Diretor.

Então, simplesmente seguir os planos que já estão propostos já seria um grande avanço. E, como a gente está falando de uma revisão e não, de um Plano Diretor novo, é

importante colocar novos parágrafos nos artigos já existentes, enfatizando a destinação de recursos e de pessoal para que eles sejam colocados em prática.

Agora, como eu tenho alguns segundos preciosos – espero que fiquem registrado – , vou ler mais algumas demandas do grupo.

“Revisão dos limites do eixo de estruturação urbana, projeto urbano inserido no PDE de 2014”, então, os eixos de estruturação urbana estão crescendo demais, muitas vezes, acabando com o pouco de área verde que a gente tem, com o argumento do adensamento que não seria ruim, só que não é um adensamento real, porque, na verdade, são, geralmente, para Airbnb e para outras locações. Então, têm que ser revistos. Se esse adensamento fosse, realmente, para trazer as pessoas para onde há estrutura e tirar as pessoas da periferia, onde ainda se pode consolidar área verde ou rural, seria favorável, mas não é o caso. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. ESTELA ALVES – Desculpe-me. Eu não vi que tinha passado, mas vou deixar para os meus colegas continuarem.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada.

Quero anunciar a presença do Sr. Paulo Ferreira, assessor da Vereadora Edir Sales, quero agradecer à Estela pela contribuição e chamar a Maria de Jesus, do Instituto de Mídias Avançadas.

A SRA. MARIA DE JESUS – Boa tarde a todos.

Cumprimento todos da Mesa. Sou Maria de Jesus e vim a convite do Instituto de Mídias Avançadas, do qual faço parte. Estou como agente de desenvolvimento socioambiental e venho agradecer a todos, que já falaram tantas coisas. A gente vê que o Fórum é verde, mas a cidade é cinza. Por quê? Tem gente que realmente não está cumprindo o que o Fórum pede.

Como vocês já falaram, graças a Deus, de muitas situações, vou aproveitar este espaço e falar que já foi aproveitado na Subprefeitura de Itaquera, porém eu quero colocar aqui, porque São Paulo é grande. Nós temos em Itaquera um parque maravilhoso, o Parque do Carmo,

onde a gente está vendo uma degradação muito grande e que precisa de vocês, que estão presentes, que ajudam e contribuem com o nosso meio ambiente, com a situação em que se encontra a nossa cidade.

Itaquera é um bairro muito grande, muito desenvolvido e há tantas coisas para serem feitas. O Parque do Carmo, que é municipal – eu fiz algumas anotações para lembrar –, tem uns lagos que estão secando, crateras abrindo no meio do gramado, muitas árvores caindo, as ruas estão abandonadas, falta cerca de proteção nas encostas do lago, dentre tantas outras coisas que estão acontecendo lá, no Parque do Carmo.

A gente sabe que existe ali um olhar de especulação imobiliária – parece que já fizeram algum comentário a esse respeito –, mas nós, população paulista, não podemos permitir. O paulistano tem que se unir, brigar por aquele espaço e nunca permitir que ele morra, porque ele está morrendo, gente. Ele está morrendo. Eu estou aproveitando este espaço para pedir para vocês que estão na zona Leste de São Paulo que levantem e façam o seu movimento, briguem por esse espaço, porque a gente tem uma cidade que não tem mais onde absorver água. A gente tem que preservar o que tem.

E aquelas moradias nas encostas e em lugares onde existem mananciais. A gente sabe que existem leis e regras. A gente sabe que o meio ambiente exige regras e existem metragens que têm que estar longe...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. MARIA DE JESUS – ...longe dos mananciais e não é respeitado. Por quê?
As pessoas que invadem os locais têm mais apoio do que o próprio local.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. MARIA DE JESUS – Então a gente não pode aceitar, a gente tem que lutar, a gente tem que estar à disposição da população, mas principalmente para lutar por nós mesmos, porque onde não tem vazão da água, vai dar enchente. Então vamos preservar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Chamo agora o Sr. Marco Aurélio da Costa, do CRT São Paulo, por três minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO DA COSTA – Boa noite a todos.

Estou muito orgulhoso e honrado de estar aqui com tamanhas belezas e pessoas maravilhosas, que têm muito a colaborar com esta cidade.

O CRT São Paulo é uma autarquia pública federal, na qual os técnicos industriais se registram para terem as suas atribuições definidas em lei, para poder atuar com a sociedade na construção de uma cidade melhor para todos.

Eu vejo essas discussões sendo feitas, e são importantes. A gente tem que realmente discutir para unir ideias, para buscar sempre o melhor para uma cidade tão linda e amada como é a cidade de São Paulo. Porém, muitas vezes a gente vem aqui na Câmara para dizer assuntos pontuais, “ah, porque meu bairro não tem aquele parque”, é isso, é aquilo.

Será que a gente precisa realmente de um projeto de lei para criar um parque do lado da nossa casa? Será que a gente tem que ficar refém de ter esses planos diretores e essas revisões que são periódicas para a gente buscar o melhor para esta cidade? Ou será que cada um de vocês, cada um de nós, juntos poderíamos construir muito mais se a gente não dependesse tanto dos órgãos públicos constituídos?

Particularmente, acho que esta cidade foi construída com mãos e braços de muitas pessoas, independente de leis, normas, mas de bom senso, de vontade, de empreendedorismo. Talvez o que a gente precisa, mais do que leis, são pessoas realmente dispostas a se juntar para fazer algo de bom e melhor por alguns pontos desta cidade.

Rio Tietê, por exemplo, falam “ah, o Governo do Estado é obrigado a fazer a despoluição”. Se cada um diminuísse a quantidade de esgoto gerado em suas casas, talvez a biodegradação daquilo que fosse lançado não seria tão problema, e aí talvez a fauna e flora do Tietê poderiam ser reconstituídas, independente de grandes projetos faraônicos para que a gente possa ter o Rio no seu devido lugar, como a gente sonha, seja o Pinheiros, seja o Tietê, seja aquele pequeno manancial que vai para o Tamanduateí. Eu acho que a solução para esta cidade ser melhor está mais no coração de cada um de vocês do que no Plano Diretor que está sendo

revisado. Particularmente, essa é a minha opinião.

Trago aqui também, senhores da Mesa Diretora, público, ouvintes da internet, o Conselho Regional dos Técnicos tem profissionais de vários segmentos, seja na área de mecânica, que pode ajudar na manutenção dos veículos para não poluírem o ar; há técnicos em meio ambiente que podem ajudar nas podas de árvores...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. MARCO AURÉLIO DA COSTA – Sim, sim, eu concluo.

Há técnicos em meio ambiente que podem ajudar na poda de árvore. Há eletrotécnicos que podem ajudar painéis solares. O ensino técnico valorizado numa cidade pode trazer muitas soluções que independem de plano diretor, para esta cidade ser mais linda e admirada pelo Brasil, pelo mundo.

Gostaria apenas de deixar isso como colaboração. Parabéns pelo lindo trabalho de vocês. O Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo é parceiro desta Casa, é parceiro da sociedade paulistana na busca de um desenvolvimento sustentável.

Forte abraço a todos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Queria chamar agora o Sr. Danilo Leite, da SVMA, Poder Executivo, Secretaria do Verde.

O SR. DANILO LEITE – Boa tarde a todos.

Obrigado pelo direito de fala e obrigado por todas as falas que foram feitas, as contribuições muito interessantes. Eu sou Danilo, analista de políticas públicas da Secretaria do Verde, e assessoro a Umapaz, que é a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz.

Eu quero chamar a atenção para essa modificação que vem no PL, que a gente considera muito relevante, que é a inclusão da necessidade de feitura de um plano de educação ambiental, precisamente o Art. 61, que modifica o Art. 305 e altera o Inciso III, para que conste a necessidade de que se faça um plano de educação ambiental.

Desde 2021, a Umapaz, a Secretaria do Verde e a Secretaria da Educação estão

levando um projeto de plano municipal de educação ambiental, então toda a sinalização na documentação pública, administrativa e jurídica no sentido de amarrar a necessidade da existência desse plano de educação ambiental, com os grandes ciclos de planejamento da cidade, tudo isso a gente julga muito bem-vindo.

É claro que isso não resolve todas as questões que foram levantadas pela sociedade civil, mas a julgar pelo pouco que escutei aqui, acredito que a educação ambiental e educação para sustentabilidade para os ODSs sejam um ponto bem relevante para que a gente consiga levar para um novo patamar o debate do que é a cidade do futuro e como que São Paulo vai se consolidar nesses próximos 50 anos.

Estamos falando de cinco, de 10, mas sabemos que quando se trata de meio ambiente, num assunto tão sistêmico, a gente tem de pensar já adiante, 20, 50 anos.

Quero apenas saudar e dizer que é muito importante que essa alteração conste no novo Plano Diretor, que estamos trabalhando, no Poder Executivo o nosso papel é escutar e atender, na medida do possível, porque a máquina é uma coisa muito complexa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Danilo.

Chamo agora a Sra. Karin Eder, da Avive.

A SRA. KARIN EDER – Boa noite. Agradeço a oportunidade de falar.

Me inscrevi no susto, já que abriram inscrições novas. Sou moradora da Vila São Silvestre, na zona Oeste, próximo ao Butantã. Todas as outras matas importantes que citaram, mas vou falar especificamente da Vila São Silvestre e Vila São Francisco.

Moro na região há 10 anos, fiquei encantada com o que vi. Era uma coisa que eu não imaginava que existisse em São Paulo, uma mata daquele porte, mata densa. Isso é algo que não existe mais em parte nenhuma em grandes centros urbanos. Eu me apaixonei por aquele lugar. Nós temos pelicanos de bico verde, urutau, que é uma ave super rara, jacutinga. São aves que vemos na cidade, as pessoas nem acreditam quando falo que moro em São Paulo.

Eu me tornei uma pessoa dedicada a proteger essa região conforme fui

acompanhando o trabalho da Avive eu me juntei a eles e participo ativamente. Eu gostaria de acrescentar a todos os pedidos que já foram feitos pela Dra. Lavínia, pelo Pedro, não lembro o nome de todos, de transformar a Vila São Silvestre e a Vila São Francisco em um parque.

Quando se fala em progresso e em desenvolvimento, muitas pessoas pensam em construção de prédios altos. Porém hoje não, estamos numa fase de emergência climática, estamos quase no ponto de não retorno, por isso temos de preservar o que temos. Não se deve derrubar e compensar. Não. Uma mata que tem 40 anos de desenvolvimento, não adianta derrubar e plantar muda, no lugar (Palmas) não. A gente tem de preservar o que se tem. É um corredor ecológico de migração de pássaros, uma raridade impressionante.

Eu não sou técnica, sou apenas uma cidadã interessada. É muito importante que haja essa preservação.

Gostaria de ressaltar que acompanho as questões ambientais pelo mundo, vejo que os países mais desenvolvidos como a Alemanha, estão transformando grandes avenidas em árvores urbanas, micro florestas, coisas que a Avive pensa em fazer na região para aumentar mais o verde que temos.

Aquele lugar é algo que não existe mais em grandes centros urbanos. Derrubar qualquer uma daquelas árvores deveria ser considerado crime.

Pedimos que a Vila São Silvestre e a Vila São Francisco assim como a Mata das Esmeraldas e o Butantã sejam incorporados no Quadro 7 dos parques.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Karin.

Agora, chamamos o último inscrito, o Sr. Gandhi Allasio, assessor do Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. FÁBIO SANCHEZ – Eu estou inscrito também. Meu nome é Fábio Sanchez.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Comissão, o Fábio estava inscrito, vocês disseram que ele tinha retirado, mas não retirou. Pode vir, Fábio.

Passo, primeiro, a palavra ao Sr. Ghandi, primeiro. Em seguida, o Sr. Fábio Sanchez.

O SR. GHANDI ALLASIO – Boa noite a todas as pessoas presentes.

O Vereador Eliseu Gabriel precisou se ausentar, pediu que eu lesse a sua fala.

“A cidade precisa ser mais resiliente, se adaptar e trabalhar para mitigar os efeitos dos eventos extremos, chuva extrema, seca extrema, calor extremo e frio extremo.

As árvores e áreas verdes são a solução para minimizar o calor extremo, as ilhas de calor e ajudar na permeabilidade do solo.

É preciso congelar as áreas verdes existentes na cidade e plantar árvores onde não há. Não podemos mais perder áreas verdes.

Precisamos implantar os parques previstos e dobrar a lista dos parques a serem implantados. Vamos incluir novas áreas como a Mata Esmeralda.

É preciso rever o sistema de drenagem e captar água da chuva. Novos empreendimentos não podem desperdiçar a água na rua como vem acontecendo.

O sistema de drenagem precisa ser repensado e soluções baseadas na natureza devem ser incorporadas efetivamente. As áreas de preservação permanente (APPs), respeitadas. E na SP urbana repensadas e desocupadas.

É preciso recuperar os fundos de vale, sinalizar por onde estão os rios e córregos canalizados, as áreas inundáveis, cuidar das nascentes e respeitar as APPs.

Política de Habitação precisa priorizar as áreas de risco, margem dos córregos e encostas.

PIUs não podem virar Plano. Precisamos manter e fazer, de fato, Projetos de intervenção urbana. É preciso fazer estudos de impacto ambiental e de vizinhança para os novos empreendimentos, inclusive. Olha o que está acontecendo nos eixos e o aumento dos alagamentos na cidade.

Para mitigar - Melhorar a mobilidade, com transporte coletivo e ônibus movido a energia limpa. Chega de Diesel. Diminuir a quantidade de resíduos que vão para os aterros e implantar uma política de energia limpa (solar) na cidade.

Pleito fórum verde - É preciso rever no texto da minuta, entre outros pontos, o Art.

59, especialmente no 4º parágrafo, que diz:

Para garantir controle social sobre a destinação de seus recursos, fica criado o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Parques, a ser regulamentado por decreto do Executivo, composto por cidadãos de reconhecida credibilidade pública, indicados pelo Prefeito, respeitado o critério de paridade entre representantes do Poder Público e da sociedade.

É fundamental ter clareza de como serão nomeados estes representantes. Eu sugiro, por exemplo, um por Macrorregião, eleitos pelos CADES regionais ou pelos conselhos dos próprios parques. Precisamos ouvir os conselhos e movimentos para entender qual a melhor proposta. Assim como está, não está bom.

A cidade precisa ficar mais resiliente e regenerativa”.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Chamo, então, agora, nosso último inscrito, que é o Sr. Fábio Sanchez, representando o Fórum Verde.

O SR. FÁBIO SANCHEZ – Boa noite a todos.

Eu gostaria de protestar contra o horário antidemocrático desta reunião, senhores, um horário comercial. Garanto que, se isso fosse feito no final de semana, esta sala estaria cheia. Sugiro que seja feita uma segunda parte desta audiência em um horário e em um dia em que a população possa vir.

Faço coro ao meu colega que me antecedeu, sobre o artigo 59. Ele falou do parágrafo 4º. Senhores, Vereadora, Vereadores, no artigo 59 é dito que os conselheiros do Conselho Municipal de Parques seriam indicados pelo Prefeito. Há um erro de redação aí. Eles são nomeados pelo Prefeito. Eles são indicados pela sociedade civil, observada a paridade. Então, é um erro grave de redação que precisa ser revisto no artigo 59. Mais uma coisa: porque, senão, estamos falando de uma nomeação totalmente feita pelo Prefeito – e parte pelas Secretarias –, porque são cidadãos da sociedade civil indicados pelo Prefeito. Por favor, observem isso.

Outra questão é a seguinte: o Fundo Municipal de Parques é esse órgão que talvez

recolha para os nossos combalidos parques da cidade de São Paulo algumas migalhas que possam porventura cair, via outorga ou outras questões, dessa mesa onde há esse imenso banquete realizado pelo Secovi na cidade de São Paulo. Ora, pelo Plano Diretor de 2014, determina que esses recursos serão destinados à aquisição de áreas para novos parques. Áreas privadas para novos parques. Essa é a destinação sintonizada com as questões da emergência climática, sintonizada com uma cidade moderna como deveria ser São Paulo, como é São Paulo, como precisa ser São Paulo.

Ora, qual é a proposta que está sendo feita no Art. 59? Que esses recursos, essas migalhas que porventura venham para os parques, serão destinadas à aquisição de áreas, mais implantação, operação e gestão dos parques constantes no quadro 7. Não preciso dizer, os senhores são muito inteligentes, os senhores, com certeza, entendem que isso significa jogar no lixo o Fundo Municipal de Parques. Se o dinheiro não é mais exclusivo para novos parques e passa a ser para operação e gestão, entra no bolo da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Por favor, corrijam isso. Gostaria de saber a posição dos senhores. Gostaria de saber, como teve uma devolutiva a respeito desses absurdos, indicado pelo colega. Dois indicaram os absurdos desse Art. 59 dessa proposta de lei. Não podemos aceitar isso. Será perder, será ir na contramão das demandas das emergências climáticas...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. FÁBIO SANCHEZ – Registrando também que nas devolutivas houve problemas gravíssimos com relação, por exemplo, a indicação de parques. Uma reivindicação foi a implantação dos 140 parques previstos em 2014. A devolutiva foi: não está no escopo.

Ora, não podemos aceitar uma devolutiva dessa. Então a qualidade das devolutivas dessas que foram realizadas até agora, são precárias. Espero que os Vereadores analisem isso e pensem a respeito das demandas que estão sendo apresentadas.

Havia muitas outras questões, aproveito para protestar também contra os exíguos três minutos que temos para falar a respeito de questões tão importantes. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigado Fábio.

Reiterando, os três minutos são regimentais da Câmara. Não é uma vontade da Comissão.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Vereador Rodrigo Goulart, para que eu possa fazer uso da palavra.

- Assume a Presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Tem a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todos.

Quero dizer que o tema da criação dos parques tem sido transversal em várias audiências públicas - não somente nessa -, que trata da questão do meio ambiente, mas em várias outras apareceu esse tema. Eu acompanhei todas as audiências públicas até agora da Comissão de Política Urbana e creio que o setor mais organizado, que tem vindo nas audiências públicas, é o setor que, exatamente, que está reivindicando, não somente parques, mas está fazendo toda uma série de reivindicações e propostas sobre a questão da emergência climática e o que a cidade e a revisão do Plano Diretor podem contribuir com isso. Como participei de todas, digo que é um setor bem fragmentado, tem vários movimentos, mas tem se organizado de forma a participar das audiências públicas. Quero falar sobre a questão dos parques e das ocupações irregulares.

Sobre a questão implementação dos parques. Tínhamos em 2014, 168 propostos. Agora temos 146 propostos, porém a questão do número de parques propostos, ela é gritante quando vamos ver quantos são, efetivamente, criados. Assim, é um número até grande de parques propostos. Mas só foram criados oito pela questão do Plano Diretor, dois fora do Plano Diretor e um que foi uma unidade de conservação. No total, de 2014 para agora, somente 11 parques foram criados. Então é uma quantidade muito pequena diante da própria proposta. Desses 146 novos parques que estão sendo propostos, não podemos ter só 11 implementados nos próximos anos. Então assim: de onde tem de vir os recursos?

E aí eu acho que cabe o questionamento que o Fábio fez aqui, que nós precisamos de recursos para a criação de parques. E não é verdade que os parques são caros, nós fizemos uma pesquisa, nosso mandato fez uma pesquisa do custo de implementação dos parques, então um parque de pequeno porte, até 50 mil metros quadrados, custa 2,8 milhões para implantar e mais 1,6 milhões de gestão, num total de 4,4 milhões de reais, ou seja, para criar um parque de pequeno porte, para gerir um parque de pequeno porte, eu vou dar exemplo de parques de pequeno porte, o Parque Augusta, por exemplo, o Parque Buenos Aires, são parques de pequeno porte. Parques de médio porte entre 50 mil e duzentos mil metros quadrados custa para implementação 5,2 milhões e 2,5 milhões para a gestão por ano, num total de 7,7 milhões, ou seja, não é caro. Estou falando em milhões, não estou falando em bilhões, estou falando milhões, 7,7 milhões para implementar e gerir um parque por um ano, um parque de médio porte.

Fui pesquisar quanto custa para fazer um piscinão. Sabe quanto custa? Cem milhões, 150 milhões, está aqui, eu fui pesquisar, nossa Assessoria pesquisou, porque na verdade eu fiz essa pergunta: quanto custa para implementar um parque? Quanto custa para construir uma obra de drenagem que muitas vezes é necessária, mas muitas vezes o parque é um piscinão natural? Se a gente tivesse mais parques na cidade nós teríamos provavelmente muito menos alagamentos e teríamos muito mais qualidade de vida. Um custo de um parque é ínfimo perto... e não há preço as vidas que são salvas, porque toda a questão das doenças respiratórias, que inclusive se fazem filas e filas, quando chega o frio nessa cidade e é imenso o custo da saúde. Assim como o custo de uma pessoa que morreu, por conta de um alagamento. Nós tivemos sete pessoas que morreram esse ano em São Paulo, na cidade de São Paulo, por conta de alagamentos, então, falando em números, o custo de implementação de parques e da gestão de parques é pequeno, mas não há preço salvar vidas. Então, quando comparamos por outras obras de drenagem que a Prefeitura faz, o custo é muito maior e muitas vezes o resultado não é tão eficiente quanto se a gente tivesse mais áreas verdes.

Eu acho que colocar no quadro 7, colocar no quadro 5, vai ser uma tarefa que essa Comissão, e o relator que está presente inclusive, terá por que nós estamos recebendo uma

série de demandas de inclusão dos parques. Acho que todos os parques que foram propostos nós temos que analisar cuidadosamente e inserir dentro dos quadros, tanto quadro 5, quanto também do quadro 7 e das áreas verdes do quadro 5.

Fizemos outro levantamento que é uma questão que acho que é muito importante e foi até falado aqui, mas quero falar sobre a questão das ocupações irregulares que nós temos em São Paulo. Nós temos muitas ocupações irregulares e não é verdade que a maioria das ocupações são feitas por organizações criminosas, eu não gosto dessa fala, porque a maioria das ocupações irregulares na cidade de São Paulo são feitas por uma população que foi alijada de políticas públicas de habitação popular. Nós temos um déficit de moradia popular na cidade de São Paulo de 369 mil moradias.

É óbvio que se você tem uma cidade como São Paulo com um déficit de 369 mil moradias, é óbvio que as pessoas têm que ocupar e elas não vão deixar de ocupar aqui porque está previsto um parque, vão ocupar onde dá para ocupar. Muitas vezes essas ocupações estão em lugares onde estavam previstos parques. Nós temos que olhar cada uma dessas ocupações, tem mapas aqui que se sobrepõem, os lugares de ZEIS, os lugares dessas ocupações e os parques, para podermos inclusive ver.

Acho que o ideal seria um comitê que pudesse se debruçar sobre isso e ver os lugares onde não tem mais jeito, já são ocupações muito consolidadas, não tem mais como tirar essas famílias de lá para transformar em parque, mas nós temos, por outro lado, uma série de outros parques que não estão propostos no plano de revisão e que podem ser criados.

Então, eu acho que a gente precisa pegar todas as demandas que vieram. A gente tem na cidade de São Paulo: 284 ZEIS 1, que são exatamente destinação para moradia social; 171 favelas; 12 núcleos e 255 loteamentos irregulares nesses locais de áreas verdes. Então, nós precisamos nos debruçar com cuidado sobre isso, porque são famílias, são vidas também, e essas vidas estão ali há muitos anos, e nós podemos nos debruçar para dar a elas uma alternativa. Muitas vezes, a alternativa é ficar ali e fazer todo um projeto de preservação da natureza, como existe, inclusive, em ocupações onde fizeram projetos de loteamentos em

lugares que eram ZEPAM e estão preservando; vários projetos, inclusive ambientais.

Mas, também, nós podemos agregar uma série de novas demandas de parques, tanto no quadro 7 como áreas de preservação verde, no quadro 5. Acho que a gente tem que lugar para que São Paulo esteja na vanguarda da luta contra essa crise climática que assola o nosso Planeta. Para isso, a gente ter um Plano Diretor voltado para essa questão ambiental é fundamental.

Obrigada, Presidente. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Pergunto ao Secretário se ele quer falar agora ou se fala o Vereador e depois o Secretário. (Pausa).

Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito boa noite a todos.

Meio ambiente é vida. Vemos hoje aqui as senhoras e os senhores, e uma senhora disse que não é técnica, mas uma moradora, que se preocupa com a vida. Isso é muito importante. Graças a Deus por isso.

Nós queremos aproveitar a oportunidade e dizer que temos um projeto em andamento na Casa. Esteve hoje o Danilo Leite, do Verde. Nós temos já um projeto em andamento de incentivo e conscientização a respeito da educação do meio ambiente e logística reversa. Não vou ler por causa da hora, ele é longo, mas, depois, para quem quiser, o número dele é 522/2021. É só entrar lá, que trata exatamente da questão do meio ambiente.

Algumas pessoas falaram sobre a questão das chuvas. Vejam que a cidade de São Paulo já elaborou um Plano Diretor de Drenagem, um trabalho inédito, que inclusive teve participação de técnicos da USP e das Secretarias, como a Siurb e a Defesa Civil. É um trabalho responsável, que ficou pronto agora devido aos problemas que todos viram pelos meios de comunicação, que a população toda enfrentou, exatamente para se saber as regiões mais afetadas pelas enchentes e como aprimorar, como melhorar, como resolver essa situação.

Precisamos entender que estamos em uma cidade de 12,5 milhões de habitantes, e

todos os dias chegam pessoas de outras cidades, de outros estados para cá. Então, o Plano Diretor, como um senhor disse no começo da audiência, é exatamente um planejamento de como a cidade vai crescer e atender a essa população na área da educação, com escolas, na área da saúde com hospitais, na área do transporte; enfim, em todos os aspectos e sentidos.

Isso, desde o começo, tem sido colocado. Então, nós estamos aqui para ouvir os senhores. Meio ambiente é importantíssimo. E quando se fala por exemplo em habitação – a colega falou sobre isso –, de 2021 para cá, foram entregues 5.962 unidades habitacionais. Está sendo feita a construção de mais 15.533, a Administração Municipal já tem mais 28.849 unidades habitacionais contratadas para início de construção, totalizando 50.354 mais 5 mil, que também está no Tribunal de Contas do Município. E já há previsão de, no projeto do Plano de Metas, se entregar 49 mil. Vão ser entregues 104 mil unidades.

No último mandato, que se acabou em 2017, foram entregues cinco mil unidades. Vão ser entregues 104 mil. Então, a gente precisa ter a consciência e verificar que juntos – a cidade de São Paulo, a Câmara e os senhores cidadãos, tanto é que estão aqui – o propósito, o objetivo é exatamente a gente juntos buscar resolver, melhorar, pelo menos, tentar fazer o máximo possível, porque se cada um de nós fizer a nossa parte, inclusive esse projeto que eu mencionei, de educação ambiental, é muito, muito, muito importante. Então, quer dizer que a contribuição de vocês é importante.

Muito obrigado por vocês terem vindo. São informações das mais diversas que nós estamos recebendo em 32 subprefeituras, e vai ser apurado isso daí, para a gente ver. Temos ali o nosso relator aqui, o Vereador Rodrigo Goulart e o nosso Presidente aqui, Rubinho Nunes. A princípio, iam ser 23 audiências públicas. Alguém disse aqui que eram 200 e poucos artigos. Não são. São 71 artigos, Presidente, que nós estamos revendo? São 74 artigos que nós estamos revendo. Então, não são 200 e poucos. São 74 artigos que estão sendo revistos. Então, isso é apenas para esclarecer e é claro que ninguém é perfeito. Seja lá quem for, sempre vai ter defeitos, mas nós estamos lutando para buscar fazer o melhor. A princípio, eram 23 audiências públicas e depois passaram para 48. Agora vão ser 52, não é isso? Agora vão ser 52. Então, já

estamos buscando fazer o melhor. Então, é isso. São 52 que vão ser. Então, está bom. Quero cumprimentar aqui também o nosso Secretário Executivo das Mudanças Climáticas, Antonio Fernando Pinheiro Pedro, que está aqui conosco também.

Muito obrigado. Boa noite a todos e vamos em frente.

- Assume a Presidência o Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento a Mesa aqui, em nome da Presidente Silvia, cumprimentando a todos.

Agradeço a confiança em mais uma vez de ser designado como relator. Até pelo horário que estamos, é claro que essa é a principal preocupação não só desses Vereadores, mas, com certeza, de todos os cidadãos que têm colocado aqui as suas vontades.

Então, em audiência temática, há ainda 77. Nós temos ainda algum tempo e, com certeza, há uma grande preocupação deste relator. Nós temos discutido muito algumas formas de como melhorar o que está previsto, as diretrizes previstas nesse Plano Diretor. Não estamos fazendo uma nova lei, mas sim uma revisão, algumas revisões pontuais, não alterando nenhuma das diretrizes das bases do plano, mas, com certeza, logo que nós avançarmos, até pelas questões das mudanças climáticas, temos aqui alguns especialistas que já fizeram uso da palavra.

Também teremos aqui o nosso Secretário Executivo. Há uma preocupação clara da gestão, até porque foi criada a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, e temos muito aqui o que ainda a trocar e ter contribuições não só da população, mas tenha certeza também do Executivo.

Até tivemos já a sinalização da Secretaria do Verde, de alguns aprimoramentos que encontram ainda em cima desse texto enviado pelo Executivo, e tenho certeza também do quão

poderão ser colaborativas as contribuições do nosso Secretário Antonio Fernando Pinheiro Pedro, a quem agradeço também.

Gostaria de chamar atenção dos Vereadores presentes de que, se não o único, é um dos poucos secretários que estiveram aqui durante toda a audiência pública.

Agradeço, Pinheiro, pela sua presença, participação e engajamento no tema em todos os assuntos e nessa revisão do Plano Diretor. Os demais secretários mandaram – a grande maioria – representantes e eu quero destacar a competência sempre dos representantes da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Nós temos tido alguma dificuldade na condução dos trabalhos com o Secretário, mas tenho certeza de que os técnicos dessa secretaria honram o seu trabalho e levam o cumprimento aos colegas de vocês. E tenham certeza de que nós honraremos todo esse trabalho também de vocês, que fizeram essa revisão do Plano Diretor e ainda estão fazendo com outros trabalhos as pautas urbanísticas nessa Secretaria.

Então acho que era isso, Presidente, só colocar e reforçar o nosso compromisso com a pauta do Meio Ambiente e as Mudanças Climáticas. Temos pensado em várias formas de atuar para uma melhor efetividade, com o uso dos fundos, com a questão da drenagem, então são vários assuntos que temos tentado discutir e, assim, aprimorar as diretrizes dadas nesse Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart. Passo a palavra ao Secretário Pinheiro Pedro. Se quiser a tribuna, Secretário, fique à vontade, o que for mais confortável.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – Presidente Rubinho Nunes, muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de participar aqui, hoje. Queria cumprimentar não só V.Exa., mas também a Vereadora Silvia que tão bem conduziu a audiência, aliás, já é a segunda audiência que tenho a oportunidade de ter, não só V.Exa., mas também a Vereadora Silvia na Presidência, muito bem conduzida por ambos, algo fantástico.

Saúdo ainda meu queridíssimo Vereador irmão Rodrigo Goulart, que sabe também tudo isso que eu digo: tudo que é bem conduzido pela Presidência toca como um relógio. É muito

importante ter esse tipo de condução, pois isso é a razão de ser da Democracia e do Parlamento, nessa ordem. Portanto, cumprimento V.Exa., Vereador Rodrigo Goulart, também saúdo o Vereador Eliseu Gabriel, que saiu há pouco.

Boa noite, também, à Sra. Natália, que está presente também e que tanto tem participado dos trabalhos da sua Secretaria de Mudanças Climáticas. E, claro, também saudar o Vereador Sansão Pereira, que já se manifestou.

É muito importante a atividade de participação para resolução de conflitos de interesses difuso. E nada mais difuso do que o clima do planeta. O clima do planeta interessa a todos nós, mesmo porque sem o clima, todos nós pereceremos. Ele transcende a questão ambiental; ele envolve não só a Geologia, mas também a Cosmologia; ou seja, ele envolve a energia, a matéria, é algo que participa de toda a formação do Universo.

O planeta Terra já passou por transformações climáticas há 4,3 bilhões de anos. Nós não somos eternos. Geralmente, os conflitos de uso na superfície do planeta, ele mesmo resolve eliminando o que está nessa própria superfície. Aliás, já o fez várias vezes e continuará fazendo. Nós somos transitórios aqui. Isso nos implica, portanto, a partir do momento em que temos esse diferencial em relação aos outros seres vivos, qual seja, a capacidade de compreensão, de apreensão, do conhecimento e, sobretudo, de consciência, é justamente para buscarmos não só a resiliência, como também a adaptabilidade e a mitigação das nossas atividades, visando a permanência das condições de vida atuais do planeta, as quais justificam nossa presença.

Isso se reflete no globo terrestre e, claro, na cidade de São Paulo. Não é por outro motivo que nossa cidade, hoje, detém uma posição pioneira de ter uma Secretaria de Mudanças Climáticas com um objetivo claro: inserir o vetor climático e a mudança do clima no processo decisório das atividades de Governo. É o que reza o Decreto 60.260, assinado pelo nosso Prefeito Ricardo Nunes, dando cumprimento a uma decisão de inserção da Administração Climática na Administração Pública, que foi estabelecida em dezembro de 2020, pelo falecido Prefeito Bruno Covas.

Queria fazer duas considerações, se é que ainda tenho tempo. Primeiro: é um plano,

não é um programa, e é muito importante que tenhamos essa visão. Muito do que a gente tenta, até por nossa ansiedade, estabelecer de forma programática num plano, acaba confundindo.

O Plano estabelece as diretrizes, e os programas são determinados pelo Plano. O planejamento também não é um ordenamento. As condições básicas para a implementação do principal eixo de implementação da administração ambiental e também climática no Planeta é o princípio da prevenção, que é muito claro e cronológico: primeiro precisamos conhecer; é o mapeamento e o inventário, coisa básicas. Fizemos a referência dos quadros e dos mapas várias vezes e, sem o mapa, nós não somos absolutamente nada. Então, mapeamento e inventário são muito importantes.

Sabemos onde estamos? Conhecemos onde estamos? Então, nós vamos planejar. O planejamento integrado é a parte integrante para que a gente possa saber para onde vamos, o que queremos, que critérios nós vamos estabelecer nesse nosso caminhar.

Posto o planejamento, então nós vamos estabelecer o ordenamento urbano, feito de acordo com o que está sendo planejado. Não é outra coisa que diz a nossa Constituição Federal no seu artigo 182. A função social da propriedade se faz quando ela é utilizada de acordo com o ordenamento urbano expresso no Plano Diretor, que vai estabelecer e conferir funcionalidade e os critérios, e justamente vai determinar como os planos, os programas e os métodos de zoneamento podem ser estabelecidos dentro do espaço urbano. Daí a importância de toda essa discussão e a acessibilidade ambiental que está inserida dentro dela.

Eu quero agradecer muito a oportunidade de estar aprendendo com todos vocês. Tenho participado das audiências públicas, tenho ouvido as pessoas, os atores interessados, não só na Secretaria como aqui. Tenho também acompanhado todas as preocupações do Prefeito Ricardo Nunes, de nossa base legislativa, que é muito importante, e o trabalho fantástico levado a cabo pela Câmara Municipal de São Paulo. Quero agradecer aos Vereadores pela imensa contribuição que têm dado à construção de uma resiliência climática muito positiva dentro da cidade de São Paulo.

Contem, todos os senhores, sempre com a nossa presença, com o nosso apoio e

com os nossos agradecimentos por esta manifestação fantástica de democracia que eu pude testemunhar hoje.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Secretário.

Não havendo mais inscritos, agradeço a presença a cada um de vocês e à Vereadora Silvia, por conduzir tão brilhantemente a Presidência desta audiência pública. Infelizmente, por questões de agenda, eu não pude acompanhar, mas o meu assessor, o Lucas, acompanhou no meu lugar e, com certeza, me trará notas.

Agradeço ainda ao Vereador Rodrigo Goulart, ao Vereador Sansão e a todos os presentes a participação.

Como a gente sempre ressalta, e é importante destacar, o grande objetivo da audiência pública é justamente ouvir a população, criar mecanismos para que suas demandas sejam apresentadas e possam ser integradas ao relatório deste Plano Diretor.

Lembro que, na próxima quinta-feira, haverá nova audiência pública aqui na Câmara Municipal de São Paulo, assim como todas as terças-feiras e aos sábados. Eu, assim como os demais Vereadores presentes, tenho certeza, estou à disposição para sugestões, críticas e para com o que mais vocês possam eventualmente contribuir.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública.

Tenham todos uma ótima noite.